

HABEAS CORPUS Nº 470.659 - SP (2018/0247931-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANA CAROLINA CARNEIRO BARDE BEZERRA - RJ165158
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SANDERSON ARCANJO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de SANDERSON ARCANJO DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2154148-08.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, convertido em preventiva, e restou denunciado pela suposta prática dos delitos previstos nos artigos 180, *caput*, do Código Penal, e 309, da Lei 9.503/1997, e, ainda, como incurso nos artigos 121, § 2º, incisos III, IV e V, c.c. artigo 18, inciso I, parte final (uma vez) e no artigo 121, § 2º, incisos III, IV e V, c.c. artigo 14, inciso II, e c.c. artigo 18, inciso I, parte final (por três vezes), na forma do artigo 69, todos dispositivos do Código Penal (receptação, direção de veículo automotor sem habilitação, gerando perigo de dano, homicídio qualificado consumado e homicídio qualificado tentado).

Na sentença de pronúncia, proferida em 21/7/2016, foi concedida a liberdade provisória ao paciente.

Em função da notícia do cometimento de novo crime foi revogado o benefício concedido. Após o paciente ser absolvido na ação penal relativa ao novo delito, foi requerida novamente a concessão de liberdade provisória, tendo o Magistrado de piso indeferido o pedido.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, conforme acórdão de fls. 10/15.

No presente *mandamus*, sustenta a impetrante ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não

Superior Tribunal de Justiça

estaria suficientemente fundamentada.

Destaca as condições pessoais favoráveis do paciente e a suficiência da aplicação de medidas alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

Indeferida a liminar (fls. 71/72) e informações prestadas (fls. 79/339 e 612/620), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fl. 622/625).

É o relatório.

Decido.

O presente *writ* está prejudicado.

Isso porque, das informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que a Ação Penal n. 0020601-54.2015.8.26.0405 transitou em julgado, tendo sido determinada a expedição de guia de execução criminal definitiva.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente recurso, considerando que a prisão do paciente passou a decorrer do cumprimento de pena definitiva.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator